CAPITALISMO, FORDISMO (PÓS-FORDISMO) E TEORIA DA REGULAÇÃO: O REFERENCIAL GRAMSCIANO E A CRÍTICA DO MODELO REGULACIONISTA

Alex Fiuza de Mello

CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E “TEORIA DA REGULAÇÃO”

A crise do padrão de acumulação que sustentou o crescimento intensivo capitalista desde o pós-guerra até a virada dos anos 70 vem suscitando, ao longo das duas últimas décadas, inúmeros esforços teóricos (no âmbito da academia e fora dele) de compreensão/explicação das causas histórico-sociológicas presentes na raiz do processo, distribuindo entre correntes identificadas com posturas ideológicas seja “à direita” que “à esquerda” a responsabilidade de encontrar “saídas” para o impasse, fundadas em diagnósticos capazes de receitar prescrições “alopáticas” de efeito “curativo” e, assim, conduzir a economia mundial a um novo ciclo de estabilidade na era que aproxima a humanidade do limiar de um novo milênio.

Um dos efeitos evidentes desse questionamento crescente do *modelo keynesiano-fordista de gestão* foi a crise que abalou setores da “esquerda” afinados com a perspectiva política que se convencionou

denominar de *keynesianismo social-democrata*. Os limites do *welfare state*, tornados transparentes diante da crise fiscal do Estado, das ondas inflacionárias, do desemprego em massa, dos desníveis sociais que hoje contrapõem não apenas nações em “mundos” desiguais mas se estampam igualmente nas ruas e esquinas de Munique, London, Paris ou New York, obrigou a intelectualidade que representa a *organic intelligence* a rever e reformular seus tradicionais conceitos, teorias, crenças e mitos, sob pena de desdobramentos politicamente imprevisíveis da crise econômica instalada. É nesse contexto que emerge uma das mais sofisticadas análises que, durante os anos 80, ficou reconhecida como “Escola Francesa da Regulação”, fundada e influenciada pelo trabalho pioneiro de Michel Aglietta desde a publicação, em 1976, de seu livro *Régulation et Crises du Capitalisme*.

Quais as “coordenadas” dessa Teoria?

Antes de mais nada, Aglietta pretende uma crítica dos cânones analíticos da teoria econômica clássica, estabelecendo particularmente um diálogo com a herança teórica legada por Keynes, para quem o capitalismo (pela ação estatal) pode sempre desenvolver meios de gestão que resultam na solução das crises de sobreacumulação, evitando que a economia mundial descambe, em situações-limite, para níveis mais profundos de depressão. Não obstante as contribuições de Keynes, o autor de *Régulation et Crises* atribui à teoria econômica clássica dois principais problemas de ordem epistemológica: a ausência da dimensão *histórica* dos fatos econômicos e, sua incapacidade em relevar o conteúdo *social (político)* das relações econômicas (forças sociais e tensões). Para Aglietta, estes dois aspectos que caracterizariam o modelo analítico clássico far-se-iam presentes inclusive nos esforços tradicionais de crítica do liberalismo e mesmo do neo-liberalismo, na medida em que a maioria das teses antinômicas não teria conseguido romper com a perspectiva lógica colocada sob a mira do questionamento, movendo-se elas próprias circularmente *dentro* do universo conceitual em causa, impedindo-se de perceber ângulos novos da questão e soluções

alternativas de abordagem do *real-concreto*. O fascínio dos clássicos, erigido na arquitetura de seu edifício teórico *totalizante*, residiria no atrativo da noção de “*equilíbrio geral*”, através da qual a dinâmica social (e a economia) veio sendo progressivamente concebida. A teoria das “ondas longas”, nas suas várias versões (de Kondratiev a Schumpeter),¹ como os demais estudos macroeconômicos, inscrever-se-iam dentro do marco do “*equilíbrio geral*” cujo princípio fundamental, para Aglietta, residiria num enfoque de análise *simplificador*: “o sujeito econômico, como ponto de partida, é definido por um comportamento racional, característico da natureza humana, como um dado permanente e evidente por si mesmo”.² Tal “sujeito racional”, soberano e livre de qualquer tipo de condicionamento social, estaria assim estabelecendo uma oposição logicamente absolutizada entre o *teórico* e o *empírico*, o *necessário* e o *contingente*, a *essência* e o *fenômeno*,³ falseando por um monismo tipológico os contornos em verdade mais complexos da realidade social e da dinâmica econômica. O resultado que daí então decorreria é que a *matriz teórica*, pela sua lógica sistematizada, selecionaria apenas os dados significativos do real que corroborassem sua perspectiva, isolando e marginalizando aqueles que, ainda que observáveis, não se permitissem encaixar na teoria maior, discriminados como “imperfeições”. A

¹ Interessante ensaio sobre o retorno teórico a Schumpeter, com comentários a respeito da concepção cíclica das crises da economia capitalista (“ondas longas”) desde Kondratiev, encontra-se no artigo de Benjamim Coriat e Robert Boyer, “Inovações, ciclos e crises: o retorno a Schumpeter”, in *Novos Estudos CEBRAP*, nº 12, São Paulo, pp. 42-47, 1985. Outro artigo a destacar sobre o tema é o ensaio de Richard B. Day, “The Theory of the Long Cycle: Kondratiev, Trotsky, Mandel”, in *New Left Review*, nº 99, University of Chicago Press, London, 1976, ou mesmo o trabalho de Ernest Mandel publicado sob o título de “Explaining long waves of capitalist development”, in *Futures Review*, London, 1981.

² AGLIETTA, Michel, *Regulación y crisis del capitalismo*, Siglo Veintiuno Editores, Madrid, 1979, p. 5.

³ AGLIETTA, Michel, *op. cit.*, p. 6.

ausência de dialeticidade nesta concepção metodológica só poderia levar o pensamento econômico e social ocidental ao jugo da ditadura da idéia de “equilíbrio” e da “ordem”, cuja inflexibilidade doutrinária, com suas amarras ideológicas, funcionaria como uma espécie de “lente desfocada” a conturbar e confundir as imagens do *real* captadas pela visão “miope” do sujeito cognoscente, à qual tudo deve ser referenciado e nada pode ser subtraído ou adicionado. A Teoria da Ordem (ou do Equilíbrio) – que na Sociologia encontra na Escola Funcionalista seu arquétipo mais representativo – partindo da crença na racionalidade endógena dos sujeitos sociais e sistemas societários, funcionaria, assim, como arcabouço (*framework*) teórico de concepção idealizada de sociedade, a partir do qual processos e instituições sociais são analisados segundo aproximação ou distanciamento comparativo ao *modelo* (“ideal-tipo”) e sua *funcionalidade* mais ou menos otimizada. Nessa perspectiva, o capitalismo seria um sistema sócio-econômico de incomparável eficácia, tendendo a se aproximar do “tipo ideal” pela sua capacidade natural (endógena) de sobrevivência, integração e adequação, provada temporalmente mais sólida que suas crises e transformações. A economia, nesse sentido, não passaria de uma espécie de “ciência normativa”, cuja lógica hegemônica se torna acolhida pela ordem social vigente e, internalizada enquanto ética dominante, dirige o cotidiano e o destino das pessoas como se tudo o que é *histórico* fosse “natural” e a *sociedade de mercado* (com seus conflitos inerentes) um produto necessário e perene da condição humana.

A exclusão do tempo, enquanto *historicidade*, só volta a ser debatida em períodos de crises profundas da economia, quando os “desequilíbrios” da economia real (por certo, segundo a lógica em causa, “disfunções” ou “anomias”) impõem um *susto* nos arautos do *status quo*. Keynes, para Aglietta, ao se debruçar sobre a turbulenta história do capitalismo – e certamente pelo “incômodo” momento da Grande Depressão – elaborou uma significativa renovação teórica que, porém, ao invés de criticar os pressupostos conceituais clássicos,

aceita as noções de “desequilíbrio” e “crise” simplesmente para se debruçar sobre fórmulas recitativas para o “mal”; no dizer do economista francês, “descobrir quais são as condições necessárias para um crescimento equilibrado e harmônico”.⁴ Esse tipo de macroeconomia, postulando “salvar” o capitalismo antes de concebê-lo nas suas contradições internas, recoloca em dia a mesma lógica evolutiva e de equilíbrio presente na racionalidade das metateorias precursoras, expulsando do horizonte de reflexão a dimensão *histórica* do processo, ou seja, o tempo é tomado apenas num sentido “lógico” e não como “movimento dialético” (de superação de momentos anteriores por novos, irrepetíveis), de relevância das “forças sociais” em jogo ou, como colocara Marx, da dimensão *política* da economia.

É aqui que Aglietta propõe e justifica sua tese: a necessidade de uma teoria das *mudanças de estado* no interior do capitalismo, isto é, o estudo dos aspectos *historicizantes* e de *conteúdo social (político)* intrínsecos aos processos ou relações em movimento no mundo real, cuja “presença”, uma vez reconhecida, permitiria identificar elementos regulares (fatores) a partir dos quais seria possível conceber uma “organização” desses processos/relações enquanto “sistema” (com lógica heurística e hermenêutica próprias, diferente do modelo epistemológico clássico). Mas, qual a novidade pretendida por Aglietta, considerando-se que a noção de “sistema” é exatamente aquela que fundamenta e informa a lógica teórica à qual busca se contrapor?

Seu intento é alterar o “foco” do “olhar”. Enquanto a noção de “sistema” na macroeconomia ortodoxa está construída sob um modelo teórico que concebe os processos/fenômenos econômicos segundo a lógica do “equilíbrio” (da ordem), onde os elementos presentes na análise estão conjugados em razão de sua *funcionalidade* à manutenção da dinâmica e estrutura de uma totalidade *atemporal* tomada *a priori*, agora ela viria centrada nas relações determinantes que se reproduzem *em e pelas transformações* sociais, bem como

⁴Ibid., p. 3.

nas causas pelas quais essa reprodução gera rupturas em diferentes instâncias do sistema social, *alterando-o*. As regularidades buscadas repousariam não tanto nos fatores que ajudam a compreender a *integração* e *manutenção* de um modo de produção em si, mas naqueles que acentuam sua *transformação*, alterando as formas de sua reprodução no tempo e seus elementos de regulação. O capitalismo passa, assim, a ser concebido como um “sistema” (modo de produção) que, por ser contraditório e conflituoso no tocante às forças sociais em jogo, para se reproduzir no tempo necessita permanentemente transformar suas relações internas, reequacionando novas formas de articulação de suas instâncias societárias; é o *movimento para a frente* ao processo – e não sua dinâmica circular – que garantiria, para Aglietta, a possibilidade de sua *regulação*, e as “leis” dessa “regulação” tornam-se o *objeto teórico* de sua obra (*Régulation et Crises ...*). É como sistema *instável* – e não como sistema “em equilíbrio” – que o capitalismo desenvolveria mecanismos para sua *regulação* (na razão direta dessa instabilidade). Assim, o capitalismo “em geral” resultaria como mera noção *lógica*, mas não *histórica*. Ao passar por crises e transformações, o capitalismo se *reproduz*⁵ em *formas alternativas, cambiantes*, relativamente ao estado anterior, causadas por “rupturas” qualitativas que recolocam as forças sociais em tensão num novo patamar de contradições. A cada novo estado passam a ocorrer rearrumações dos elementos em movimento, gerando *hierarquizações* (sempre cambiáveis) entre as várias instâncias de determinações – e não mais a interdependência *funcional* dos fatores. Passa assim a ser a *luta de classes* (enquanto *conteúdo*) e suas formas de movimento e organização (enquanto *historicidade*), o foco central das preocupações da Teoria da Regulação.

Michel Aglietta reivindica para si uma certa “inovação” em sua formulação interpretativa ao adentrar o problema crucial que ali-

⁵ A noção de “reprodução” é um conceito-chave para Michel Aglietta à medida que releva a idéia de que o que segue existindo (historicamente), fá-lo em forma diversa do contexto originário.

menta a polêmica relativa à concepção marxista do funcionamento do sistema capitalista: a articulação das leis de acumulação do capital e das leis de competição. Contrariamente aos economistas neoclássicos, que tendem a conceber a concorrência *entre capitais* como o “motor” dinâmico do sistema como um todo, Aglietta antepõe uma noção (ora explícita, quando não tácita em Marx) de que é a tensão entre *capital e trabalho* o fundamento básico primordial do movimento histórico do capitalismo e, por conseguinte, da lógica teórica marxiana. A reprodução (enquanto processo contraditório de generalização) da *relação salarial* e, portanto, da estratificação das classes sociais polares inerentes ao modo de produção, é tomada como a condição *ontológica* primordial para a própria existência do capitalismo, motivo pelo qual, seja do ponto de vista *lógico* como *histórico*, hierarquicamente se traduz no condicionante fundamental à compreensão das leis de movimento do sistema como um todo. O outro pólo do movimento, a competição *entre capitais* pela busca de maior lucratividade (superlucros) no âmbito do jogo acirrado de mercado, só poderia ser considerado, segundo o autor, *a partir e condicionado pelo* antagonismo fundamental inerente à *relação salarial* enquanto “força motriz da acumulação capitalista”: a tensão pela geração de *mais-valia*. Como conseqüência, o trabalho de Aglietta irá centrar-se nas maneiras pelas quais as relações entre capital e trabalho se organizam ao longo das várias fases de evolução e vigência do sistema capitalista, a partir do que se permite demarcar *periodizações históricas* com características próprias, conforme se desenvolvem as várias formas de relações salariais. As duas partes em que se divide o livro em discussão e sua disposição lógica espelham muito bem este sentido de *approach*: a primeira, versando sobre as mutações da relação salarial ocorridas na história do capitalismo, a partir do que é procedida a análise das leis de acumulação do capital e, a parte seguinte, expondo as leis de concorrência sujeitas ao jogo intercapitalista de mercado.

Uma simbiose entre formas de salários e organização/gestão do processo de trabalho, organicamente presente em todas as fases do desenvolvimento do modo de produção capitalista (concebido como processo unitário em suas contradições), constituir-se-ia, no final das contas, no fator fundamental, sistematicamente identificável, através do qual a Teoria da Regulação deduz as “leis” de movimento e transformação do sistema capitalista. Uma *periodização* dos vários estados de funcionamento do capitalismo ao longo do tempo passa a ser organizada com base nessa relação; assim, por exemplo, sob uma forma *manufatureira* mais simples de gestão do processo de trabalho corresponderia o salário por hora, modificando-se ao *salário por peças* sob a égide do *taylorismo* e, posteriormente, a *moldes coletivizados de remuneração* (salário-base e produtividade) determinados pelo tipo de gestão e tecnologia produtiva implementados pelo *fordismo* (cadeia semi-automática de produção) a partir dos anos 50 e, “pós-fordismo” (flexibilização/automação), depois da crise eclodida na segunda metade dos anos 60.

A máxima de Pignon e Querzola, expressa na oração

“Lenine dizia que a política é a expressão concentrada do econômico.

Não levará muito tempo até compreendermos que o tecnológico é a expressão concentrada do político”,⁶

pode muito bem ser estendida à lógica agliettiana. Mais do que a competição entre capitais, é a subordinação do trabalho (isto é, do trabalhador) ao controle capitalista o “projeto” embutido na dinâmica das transformações tecnológicas de produção e formas de gestão. Na tensão entre a busca do aumento da taxa de mais-valia

⁶PIGNON, Dominique & Jean Querzola, “Ditadura e democracia na produção”, in GORZ, André, *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*, tradução de Alberto Saraiva, Emanuel Cirne e Patrícia Boanova, Editora Escorpião, Porto, 1976.

pelo capital e as “respostas” operárias – espécie de verdadeira *industrial war* – residiria para Aglietta o “segredo” das “leis” de regulação. “Não é a duração do trabalho efetivamente realizado – diz o autor – o que conta para a definição do salário base por hora, mas a duração do trabalho considerada como normal (grifo meu) pela sociedade”;⁷ ou seja, depende da “consciência coletiva”, hegemonicamente constituída em cada sociedade e em cada tempo, a determinação da legitimação maior ou menor da “taxa de exploração”. Não são fatores *técnicos* que podem explicar, em última instância, os movimentos e modificações das formas salariais, da administração do processo de trabalho e das inovações tecnológicas, mas fatores *sociais* (*políticos*) inerentemente presentes nas relações conflituosas entre as classes: a *luta de classes*. A determinação da forma salarial é produto dessa contradição e espelha-se no fato de que “a distribuição dos salários entre os trabalhadores em qualquer época é um efeito dos modos de organização do trabalho que coexistem na produção”.⁸ O *taylorismo*, sob esta ótica, como todas as demais “engenharias” de gestão (num sentido amplo), traduz-se num esforço contínuo de subsunção (política) do trabalho ao capital. Técnicas para intensificar o trabalho, aumentando sua produtividade e reduzindo, conseqüentemente, o valor da força-de-trabalho (mais-valia relativa), cuja “arquitetura” encontra no *fordismo* maneiras mais sofisticadas de condicionar a vontade do operário aos imperativos do tempo e ritmo ditados pela introdução do sistema de máquinas e suas linhas de montagem semi-automáticas, representam as “armas” do capital para continuamente reduzir os espaços de movimento da “frente operária”, retirando-lhe progressivamente as alternativas de resistência forjadas em cada etapa do processo de enfrentamento. Percebe-se, assim, que, da abolição da autonomia dos postos de trabalho engendrada pelo *fordismo* à substituição da supervisão do processo produtivo *in loco*

⁷AGLIETTA, Michel, *op. cit.*, p. 115.

⁸Ibid., p. 124.

pelo planejamento e controle direto típico do modelo automatizado, o que está em causa é o *controle (regulação)* sobre os fundamentos e a dinâmica do *modo de produção* e sua *reprodução* no tempo enquanto manutenção (sob formas diversificadas) de uma *ordem social (status quo)* dada. O “pós-fordismo”, independentemente de suas adjetivações possíveis (“toyotismo”, “acumulação flexível” etc.) significaria, acima de tudo, a consumação máxima (do ponto de vista da história) daquilo que Marx denominou de “*subsunção real do trabalho ao capital*”, dado o grau superior de “independentização” (que corresponde, certamente, a formas mais radicais de *alienação*) do trabalho (enquanto processo de materialização de valores de uso) em relação ao produtor direto (o trabalhador). A automação, dada a sofisticada tecnologia incorporada na condição de capital constante,⁹ permite assegurar à classe capitalista o essencial: “*a dominação total dos centros de programação, de elaboração de métodos, de tratamento da informação, e a submissão total do pessoal altamente especializado que os faz funcionar*”.¹⁰ A tática de “dividir para reinar” encontra sua plena efetivação nesse novo momento de composição orgânica do capital, tornando o trabalho vivo na indústria um *artigo descartável*, sob um regime ditatorial mais totalitário e excludente das massas, escondendo a essência da dominação social

⁹E que Marx nos *Grundrisse* já previra, ao definir que a “*fábrica ... em sua acepção mais rigorosa, implica a idéia de um vasto autômato, composto de numerosos órgãos mecânicos e intelectuais que operam conjuntamente e sem interrupção, para produzir um mesmo objeto ... O desenvolvimento do capital fixo revela até que ponto o conhecimento ou saber social geral se convertem em força produtiva imediata e, portanto, até onde as condições do processo de vida social mesma subordinaram-se ao controle do intelecto geral e foram remodeladas conforme o mesmo ... até converter-se em processo automático...*”, in MARX, Karl, *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*, vols. 1 e 2, 14ª edição, Siglo Veintiuno Editores, México, 1986, pp. 215 a 230 [582 a 595 do original].

¹⁰AGLIETTA, Michel, *op. cit.*, pp. 104-105.

circunscrita ao mundo da fábrica sob a aparência liberalizante e democratizante do mundo das instâncias superestruturais (no sentido marxiano). A cooptação da classe operária, transformada cada vez mais numa “elite” altamente especializada, torna-se mais fácil sob um regime em que esta não está mais sujeita a uma restrição de tipo *pessoal*, mas a um plano coletivo de produção *impessoal*, mais afinado com uma imagem de “neutralidade”, espírito reinante que permite ao “novo operário”, para além das fantasias mais sofisticadas construídas pelo imaginário de Henri Ford no início do século, “vestir a camisa” da empresa, sobretudo quando a política de gestão prevê seu acesso à repartição dos “lucros”. As possibilidades engendradas pelo “pós-fordismo” articulam outras formas de controle pelo capital sobre a classe trabalhadora, como a maior facilidade na instalação das unidades de produção (graças ao tipo de tecnologia empregada), cujo potencial de deslocamento pode ser usado para dissolver grandes concentrações operárias e criar um ambiente apto para diluir as lutas e resistências situadas nos locais de produção: se for estratégico, Detroit pode ser esvaziada e fábricas deslocadas para outros espaços geopolíticos menos resistentes aos interesses dos “donos do lucro”; a automação permite, outrossim, suprimir certas categorias de trabalhadores qualificados que, sob regime fordista, representam (pela posição estratégica que ocupam no processo de produção fabril) as principais lideranças do movimento sindical. A “ampliação do trabalho” tornado vazio pelo fordismo através da fragmentação das tarefas, desqualificando o saber de ofício, ganha nova “roupagem” a partir da utilização do sistema automático, que divorcia completamente o processo de fabricação da capacidade de atenção e destreza dos trabalhadores, isto é, de seus talentos subjetivos. As operações mais qualificadas passam a ser “competência” do sistema de máquinas, restando aos operários a simples vigilância e manipulação restrita de seu “concorrente substituto”. Desta nova fragmentação do processo de produção surgem

grupos semi-autônomos que são responsáveis pelos programas de fabricação;

*“integrados rigorosamente no sistema global de informação da empresa, submetidos por completo ao centro de programação e controle da produção pela linha na qual se encontram inseridos, esses grupos recebem um plano de produção detalhado ... (e) o mesmo grupo reparte as tarefas entre seus membros. Isenta da necessidade de fazer respeitar individualmente o plano de trabalho, a direção capitalista pode afrouzar a pirâmide hierárquica de transmissão de ordens (esperando desta forma) isolar e eliminar os conflitos nascidos nos locais de produção, e paralisar o funcionamento dos sindicatos, criando uma forma de organização trabalhadora heterogênea em relação às estruturas sindicais, e integrada à empresa”.*¹¹

Eis, portanto, como a divisão *técnica* do trabalho, sob o ângulo da luta de classes, está para Aglietta sujeita, de forma concreta/histórica, à divisão *social* do trabalho.

Existe ainda um outro ângulo pelo qual Michel Aglietta analisa a *historicização* da luta de classes: a *produção capitalista do modo de consumo operário*, que é percebida como forma de existência do trabalho assalariado (e que resulta da centralidade das relações salariais). A criação de uma *norma de consumo* operário, como estratégia de *realização* da mais-valia relativa pela compra ampliada de mercadorias para além da classe dos proprietários, passa a integrar definitivamente o ciclo de reprodução do capital, onde o *consumo de massa* se torna momento integrante das condições de (re)produção. Trata-se, na verdade, do sentido mais “revolucionário” do *fordismo*, que não pode ser concebido simplesmente como organização particular do processo de trabalho sem sua *articulação* com um *modo de consumo* que compense e recupere o cansaço físico e nervoso dispendido pelos trabalhadores enquanto força-de-trabalho desgastada dia-a-dia na linha de montagem: ao operário (por que não?), tipos po-

¹¹Ibid., pp. 106-107.

pulares e padronizados de residências, automóveis e outros bens de consumo durável (eletro-eletrônicos etc.), sob um regime de “gastos produtivos” controlados pelo sistema. O componente ideológico embutido nesse processo desponta como fator proeminente ao exercício da hegemonia burguesa, mediante a internalização generalizada de valores e comportamentos que remetem ao que Guatarri considera como o nível mais profundo de reprodução do *ethos* burguês. A luta pelo acesso ao mercado, à capacidade de consumo (leia-se “luta salarial”), torna-se um imperativo contemporâneo de primeira grandeza na agenda sindical, transportando da fábrica para outros espaços políticos a necessidade de mecanismos de *regulação*. Por tal razão, se assistiu, a partir de meados dos anos 60, a “*uma verdadeira explosão do que se veio a chamar custos sociais do crescimento*”,¹² sistemas de previdência e assistência social mantidos pelo Estado, incluindo-se aqui a educação pública e os serviços de atendimento médico gratuito e transporte coletivo, marcam a outra face da intervenção de estilo keynesiano na conformação do *welfare state*. São *custos* que entram na contabilidade do valor da força de trabalho *social* que, dado o nível de correlação de forças sociais estabelecido pela organização de um sindicalismo forte e altamente representativo, para se reproduzir entre uma geração e outra enquanto classe subordinada ao capital em geral, obriga este a “socializar” os mecanismos pelos quais se cobrem tais necessidades, modificando as formas e conteúdo de salário, parte deste agora tornado *indireto* (tutelado pelo Estado). Os sistemas de seguridade social surgidos no pós-guerra e destinados a custear a força de trabalho que não se encontra em atividade (salário-desemprego, etc.), passam a ser mantidos por descontos em folha do segmento ativo e produtivo da classe trabalhadora, ganhando significância sociológica a rigidez do salário nominal de referência historicamente observada no *modelo fordista de regulação*, “*suporte básico da socialização do consumo*

¹²Ibid., p. 141.

que evita uma deficiência acumulativa da demanda efetiva quando se deterioram as condições de produção da mais-valia".¹³

Para Aglietta, compreender e explicar o capitalismo enquanto sistema em permanente mutação (e crise) implica em captar as *formas estruturais* de articulação institucional que, em cada momento histórico, são consolidadas com o fim de reproduzir a *relação salarial* enquanto tal (as formas de regulação do conjunto) com base nas transformações materiais em curso no processo produtivo. Cada época produz seu "modo de coesão" das formas sociais elementares – leia-se "relações salariais" – a partir do que são reproduzidas as condições de sobrevivência do modo de produção. "*Formas estruturais de coesão*" são *modos de regulação*, no âmbito dos quais estão envolvidas todas as instâncias institucionais do sistema capitalista com a finalidade de reproduzir as relações de assalariamento que fundam, para o autor, a possibilidade de existência do próprio capital. Os convênios coletivos de trabalho, por exemplo, representaram (e representam) uma "arma de guerra patronal" – enquanto forma estrutural de regulação – na trama da luta de classes no pós-guerra, quando então se disseminava o modelo fordista de gestão,¹⁴ da mesma forma, a superação da crise orgânica do capitalismo contemporâneo só encontrará uma saída engendrando um *novo modo de coesão (regulação)*, um "neo-fordismo". "*As crises do capitalismo* – diz o autor – *formam parte das leis de regulação porque são os momentos das transformações gerais das condições de produção e troca que são necessárias para a manutenção da lei de acumulação*".¹⁵ Para cada conjuntura, o que está em jogo é a perenização (*atualização*) da *relação salarial*, cabendo às forças em conflito a elaboração e inovação das "armas" de luta. Quanto à classe capitalista,

¹³Ibid., pp. 158-159.

¹⁴Cf. *ibid.*, p. 171.

¹⁵Ibid., p. 341.

*“só pode manter sua posição no conjunto das relações de produção e dirigir o processo social de acumulação se chega, por um lado, a enclausurar a luta de classes no terreno econômico e a provocar novas divisões no proletariado e, por outro lado, a reduzir as lutas destruidoras internas que resultam da (lei de) centralização do capital”.*¹⁶

A resposta “neo-fordista”, vislumbrada recentemente pelos efeitos da automação, adquire seu conteúdo sociológico na razão direta das profundas transformações que atingem a organização do trabalho e a modificação dos contratos coletivos, patamar este historicamente alcançado pelo modo de regulação fordista:

*“A nova flexibilidade que o neofordismo introduz na divisão do processo de trabalho pode converter novamente as condições de trabalho em tema de negociação descentralizada, com base nos grupos semi-autônomos”.*¹⁷

ou seja, fora do alcance do controle centrado no sindicato, alterando mais uma vez a base material sobre a qual a correlação de forças sociais se movimenta. E como o capitalismo é pensado como “totalidade social estruturada” (sistema) em contínuo movimento de rupturas internas e readaptações, cada novo contexto inaugura formas diferenciadas de *regulação*, mediante mecanismos que transcendem a simples gestão do processo produtivo para alcançarem os espaços da instância estatal. Ainda que as várias instâncias apareçam como que se interrelacionando “funcionalmente” em vista do processo de coesão global do sistema, para Aglietta elas se mantêm separadas entre si, numa espécie de “autonomia relativa” poulantziana. Seria este fenômeno que permitiria inovações e rupturas em setores distintos, provocando em consequência novas rearticulações “compensatórias” nos setores restantes – o que denomina de “funciona-

¹⁶Ibid., p. 339.

¹⁷Ibid., p. 175.

mento simultâneo”.¹⁸ A forma do Estado passa a ser correspondente, quase que “mecanicamente”, do resultado das articulações híbridas e complexas que se estabelecem entre relações econômicas e relações políticas (infraestrutura e superestrutura), conforme a correlação de forças sociais em cada conjuntura; dessa feita, o capitalismo monopolista de Estado é, para o autor, o modo de articulação das formas estruturais de gestão criadas pelo *fordismo*, com seus contratos coletivos de trabalho e sua respectiva *norma salarial*.

A abordagem de Michel Aglietta possui o grande mérito de, além do esforço de incorporar uma visão de *totalidade* do processo histórico constitutivo do capitalismo, resgatar à análise econômica a dimensão *política* do real, demonstrando que a luta de classes se constitui no elemento dinâmico “chave” à compreensão dos “ciclos” de desenvolvimento capitalista, cujo modo de produção, ao invés de se constituir num sistema “em equilíbrio”, revela-se por “natureza” *instável*, sujeito a crises constantes, e que somente garante sua reprodução no tempo mediante o estabelecimento de “formas de regulação” que articulam modificações permanentes nos vários campos de tensão: organização técnica do processo de trabalho e formas combinadas de intervenção estatal, tudo em função da *perenização das relações salariais* enquanto forma historicamente típica de subordinação do trabalho ao capital e condição básica do funcionamento da lei de acumulação; ou, como colocado de outra maneira no seu *Les métamorphoses de la société salariale*,¹⁹ uma *coação* que é possível “*porque as diferenciações não são erradicadas, mas regidas por um processo de normalização, porque o jogo das rivalidades não é desmanchado mas canalizado segundo as estruturas de organização*”²⁰ que compõem o arsenal de controle institucional (estatal e para-estatal) a nível de cada local, segundo as singularidades cul-

¹⁸Cf. *ibid.*, p. 340.

¹⁹ Escrito em conjunto com Anton Brender.

²⁰ AGLIETTA, Michel, & BRENDER, Anton, *Les métamorphoses de la société salariale*, Calman-Levy, Paris, 1974, p. 9.

turais que diferenciam os vários membros de uma sociedade “dentro da complexidade de relações atadas a uma diversidade de comportamentos, de maneiras de produzir e viver”.²¹

Contudo, cabe perguntar se este é o objetivo central do presente ensaio: qual o alcance e os limites teóricos e heurísticos da Teoria da Regulação – cuja formação envolve outras contribuições que se somam ao trabalho de Aglietta, como BOYER e MISTRAL (1983) ou A. LIPIETZ (1986 e 1990) – na medida em que esta se apresenta como *modelo analítico* pretensamente válido de explicação universalizável a qualquer contexto de ocorrência (histórico-espacial) das articulações do modo de produção capitalista, este pensado enquanto sistema condicionado por ritmos e modalidades diversas de organização e reprodução de suas relações (basicamente salariais) e institucionalidade próprias?

O MÉTODO “TIPOLÓGICO” DA TEORIA REGULACIONISTA: CONTORNOS E LIMITES

A questão principal a ser enfrentada é o *método tipológico* de abordagem presente no arcabouço da Teoria Regulacionista. O trabalho de Michel Aglietta, *Régulation et crises du capitalisme*, tem como subtítulo de sua publicação original francesa de 1976: “*L'expérience des Etats-Unis*”. O que o autor tem em mira, antes de tudo, é a compreensão da especificidade da crise orgânica do sistema capitalista (como um todo) revelada a partir do final da década de 60, tomando os Estados Unidos como “arena” de suas observações. Ele próprio explicita isto ao afirmar que “a teoria da regulação do capitalismo procede através de um vai-vem entre a elaboração de conceitos e a análise histórica dos Estados Unidos a partir da guerra civil”.²²

²¹Ibid., p. 7.

²²AGLIETTA, Michel, *Regulación y crisis del capitalismo*, op. cit., p. 14.

Tal recurso metodológico, em princípio, pode parecer compreensível e correto considerando-se que todo sistema de “economia-mundo”, para utilizar uma noção de Fernand Braudel,²³ funciona a partir de uma dinâmica de relações onde há um “centro” irradiador e hegemônico sobre o conjunto dos espaços sociais envolvidos, no âmbito do qual se pode observar as principais tendências dos movimentos condicionados pelos interesses políticos dominantes e suas objetivações institucionais no campo da economia, da cultura etc. Marx, quando elaborou sua teoria do capitalismo *em geral* – à qual denominou genericamente de “Crítica da Economia Política” (sub-título de *O Capital*) – buscando identificar elementos e relações *essenciais* (isto é, *regularidades típicas*) a partir dos quais se pudesse pensar, compreender e explicar os fundamentos e funcionamento de um *tipo histórico específico de modo de produção e sociedade correspondente*, certamente tinha diante de si, como “laboratório” de análise, a situação *conjuntural* do modo de regulamentação *competitiva laissez-faire* que vigia entre capitais (e desses com as classes trabalhadoras) na Inglaterra da metade do século XIX. Certamente Londres, Manchester e Liverpool (e não Madrid, Berlim ou Viena) se ofereciam, à época, como palco privilegiado para a análise dos movimentos e tendências de um sistema econômico-político de dinamismo mundial, pois era lá que se situavam seus “atores” e “teatros” principais. O maior mérito de Marx, certamente, não foi tanto o de ter elaborado uma etnografia brilhante dos subúrbios de Paris e Londres ou dos bastidores das fábricas (revelando a de-

²³Braudel, inspirando-se no termo alemão *weltwirtschaft*, entende por “economia-mundo” a economia de uma porção significativa do planeta na medida em que forme um todo econômico, circunscrito a um determinado espaço geográfico, submetido a um pólo (ou centro) hegemônico, a partir do qual se divide em zonas sucessivas de combinações múltiplas de organização da produção e troca segundo uma lógica econômica dominante. Cf. BRAUDEL, Fernand, *A dinâmica do capitalismo*, 3ª edição, tradução de Carlos da Veiga Ferreira, Ed. Teorema, Lisboa, 1989, pp. 84 a 89.

gradação do trabalho humano como contraponto das potencialidades da produção industrial nascente), quanto o de ter captado, numa situação particular, as bases e tendências *universais* (regularidades gerais, “típicas”) do mundo da *modernidade capitalista*, para além de sua conjuntura histórica ou do espaço de sua efetivação naquela circunstância. Da mesma forma se torna válido (e metodologicamente aconselhável) deslocar-se hoje o “olhar” para Detroit, Turim ou Tóquio, quando se busca um “laboratório” adequado às experimentações intelectuais que respondam aos desafios do novo momento de desenvolvimento da ordem econômica internacional, com seus novos pólos hegemônicos, particularmente a partir da crise do padrão de acumulação que sustentou o crescimento intensivo capitalista entre os anos 50-70, caracterizado por Charles-Albert Michalet como “*passagem do intercâmbio internacional à internacionalização da produção*”.²⁴

A questão é que o *movimento lógico* de Aglietta deságua num tipo de construção teórica diversa daquela empreendida por Marx. Enquanto este abstraía as peculiaridades “inglesas” da forma de desenvolvimento do capitalismo num país em particular para se concentrar na “estrutura” de funcionamento desse modo de produção (por certo mais “visível” no interior da nação que liderava a revolução industrial) verificando, ao mesmo tempo, por método comparativo (como exigência de um controle metodológico), as manifestações do fenômeno em outros locais e países, aquele constrói os conceitos da *regulação* circunscrevendo seu objeto de análise à realidade norte-americana, tomada como espécie de “tipo-ideal” não apenas das tendências evolutivas do capitalismo em geral, mas de sua própria *historicidade genérica*: os ciclos e periodizações das várias fases e formas de organização do capitalismo identificáveis na história americana transformam-se em *padrão de ocorrência*

²⁴MICHALET, Charles-Albert, *O capitalismo mundial*, tradução de Salvador Machado Cordano, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.

e de análise teórica transposto mecanicamente à escala mundial. Este “método” da Teoria Regulacionista é também perceptível nas arguições de outros dois mentores da “escola”: R. Boyer e J. Mistral.²⁵

Desqualificando os modelos explicativos herdados da economia neo-clássica – que para os autores mostrar-se-iam incapazes de dar conta das contradições e desequilíbrios característicos da crise contemporânea do capitalismo (inaugurada no final dos anos 60) Boyer e Mistral tentam argüir que a única saída para os impasses hodiernos da crise orgânica capitalista não se encontra no seio das formas institucionais (“modos de regulação”) passadas, mas supõe princípios de organização originais, isto é, novos mecanismos de regulação que, combinando padrões tecnológicos alternativos, formas de intervenção estatal e pacto social entre forças políticas opostas, conjuguem novos “compromissos institucionais” que garantam um ciclo renovado de regime de acumulação e desenvolvimento: um novo “modo de regulação”. Para estes autores, o significado daquilo que denominam como *crise contemporânea do capitalismo* repousa na idéia do esgotamento de um regime de acumulação adotado no período dos vinte anos subsequentes ao final da II Grande Guerra, o *fordismo*, e a decorrente falência do “modo de regulação monopolista”, fundado na intervenção estatal preconizada modelarmente por Keynes. Dito de outra maneira, sucederia que, ao contrário dos anos subsequentes a 1945 – marcados por um forte sincronismo entre os efeitos sobre a produtividade dos métodos de organização científica do trabalho e a participação dos trabalhadores ao consumo de massa (e, portanto, à expansão geral da produção –, o contexto situado a partir do final da década de 60 não mais consubstanciaria a rápida transformação das condições de produção com o regime de consumo da

²⁵BOYER, R. et MISTRAL, J., *La Crise Actuelle: d'une analyse historique à une vue prospective*, Cepremap, Paris, 1983.

classe trabalhadora, reduzindo relativamente o valor da massa salarial e tornando progressivamente os trabalhadores pouco integrados na reprodução do conjunto do sistema econômico.²⁶ As repercussões desta tendência estariam colocando em questão a vitória do keynesianismo (enquanto “modo de regulação”) verificada ao longo dos anos 50 e 60 – fundamentalmente codificada no que os autores chamam de “*armistício social entre ideologias e forças sociais opostas*”²⁷ –, cujos resultados refletir-se-iam numa contestação da legitimidade do modelo político vigente, indicando o que, numa linguagem gramsciana, poder-se-ia conceituar como *fracionamento* no “bloco histórico”, crise de hegemonia. Ainda que Boyer e Mistral não utilizem tal linguagem, é com este tipo de fenômeno que estão preocupados e com as “saídas” possíveis para o conjunto do sistema como um todo, mediante implementação de estratégias inéditas que garantam uma solução a longo prazo (um “modo de regulação pós-fordista”).

A diferença entre Aglietta e Boyer & Mistral é que, enquanto o primeiro toma os EEUU como *locus* de suas elocubrações a partir do qual deduz suas conclusões apresentadas como teoria do desenvolvimento do capitalismo *em geral*, seus pares preferem ser mais “universais” e conceber a construção e o “teste” empírico de certo número de conceitos-tipo e hipóteses mediante a *comparação* das evoluções postas em prática dentro das *principais economias dominantes*: além dos EEUU, a Alemanha, a Grã-Bretanha, a França e o Japão. As características da crise nesses países, como as políticas nacionais adotadas ao seu enfrentamento, constituir-se-iam, assim, no conjunto capaz de fornecer os dados através dos quais o capitalismo *em geral* possa ser pensado (nos seus limites e nas suas potencialidades de renovação e superação da crise). Não por menos é desse modelo metodológico que noções genéricas, como “crise do

²⁶Cf. BOYER et MISTRAL. *op. cit.*, p. 4.

²⁷Ibid., p. 20.

fordismo”, podem ser construídas. A história do capitalismo é, de certa forma, reduzida à sua manifestação em regiões que lideraram as revoluções tecnológicas; e a definição da taxa de acumulação e crise de reprodução, circunscrita aos fenômenos presentes no interior exclusivo desse contexto.

A *dinâmica e a historicidade* do modo capitalista de produção – desde seus albores tendencialmente universalizantes e hoje, efetivamente, tornado um sistema *essencialmente mundial* – ficam simplesmente restritas a modelos teóricos que não dão conta dessa realidade com mais riqueza e refinamento. A história do capitalismo *em geral* torna-se produto de conceitos de pretensões genéricas, forjados em modelos reducionistas de análise, que tomam como referência empírica apenas contextos particulares transformados em “palcos” da historicidade do capitalismo *em geral*, deslocados e isolados do conjunto global do sistema, com “recortes geográficos” que se dirigem exclusivamente às nações dominantes, quando numa clivagem *mundializante*, cada espaço local ou regional é *determinante* dos e *determinado* pelos demais contextos, resultando na necessidade de teorizações mais “finas” que, uma vez preconizam sua validade heurística *totalizante*, partam de referenciais menos “regionais” e mais afinados com os desafios de abstração que a complexidade da economia mundial hoje impõe.

O que significa, por exemplo, falar-se em “crise do fordismo”, quando grandes empresas oligopólicas, multinacionais, estão obtendo superlucros com base em regimes de superexploração de trabalhadores em regiões do Terceiro Mundo, utilizando exatamente técnicas de gestão (e padrão tecnológico) que podem ser identificadas como tipicamente *tayloristas/fordistas*?²⁸

²⁸O número de janeiro/fevereiro de 1994 da revista inglesa **Foreign Affairs** traz artigo bastante ilustrativo neste sentido. Diz um determinado trecho: “O choque entre o capitalismo e o comunismo acabou, e os vencedores têm se fixado em como tornar o mundo um lugar eficiente e seguro para os negócios. A realidade é bastante clara. A Nike está produzindo seus fa-

E ainda: como falar-se em “modelo fordista” *em geral*, no âmbito de uma economia *mundializada*, quando a grande massa de trabalhadores explorada nos países periféricos nunca teve acesso aos padrões de consumo de massa verificados nos países centrais? Nessa lógica, é o “fordismo” uma noção de validade sociológica mais circunscrita ao conteúdo (histórico) da organização do sistema capitalista no Primeiro Mundo ou, se se pode pensar sua transposição heurística aos demais contextos, até que ponto ela teria de ser *reformulada* e/ou *relativizada*?

O SENTIDO GRAMSCIANO DE “FORDISMO” E A CRÍTICA METODOLÓGICA DA “TEORIA DA REGULAÇÃO”

Antonio Gramsci, um dos primeiros intelectuais a abordar o “fenômeno fordista”, contemporâneo que foi do momento histórico dos “experimentos revolucionários” de Henry Ford, oferece, nos marcos de seus *Escritos do Cárcere*, inúmeras outras pistas de alcance teórico-metodológico mediante as quais pode-se dialogar criticamente com o “modelo regulacionista”, tudo, entenda-se, no interior do próprio marco epistêmico do marxismo. Claro fica que, para os objetivos deste ensaio, não é o conjunto da teoria gramsciana do *fordismo* que vai transformado em objeto de reflexão, quanto a centralidade de algumas noções e conceitos aqui considerados portadores de potencial teórico-heurístico capaz de iluminar uma abordagem crítica da Teoria da Regulação.

*mosos e caros sapatos ‘tênis’ na Indonésia, onde suas operárias trabalham longas horas por um salário mensal de US\$ 38,00. A Wal-Mart, K-Mart e a Sears, o mais importante ícone americano das vendas a varejo, têm produzido suas roupas em Bangladesh pelas culturalmente passivas mulheres islâmicas que se submetem a um salário mensal inferior a US\$ 30,00, em troca de 60 horas semanais de trabalho”, by Terry Collingsworth, F. William Goold and Pharis F. Harvey, “Time for a Global New Deal”, in **Foreign Affairs-Review**, vol. 73, nº 1, Jan/Feb. 1994.*

Antes de tudo, o próprio título, reconhecido pelo autor como “pouco convencional”, encerra um significado mais profundo da maneira como o marxista italiano recorta seu “olhar” sobre uma realidade concreta tomada como objeto. Perceba-se que a noção de “fordismo” é anteposta a de “americanismo”, numa vinculação proposital de relacionar, dialeticamente, a potencialidade “desterritorializada” de aplicação da “fórmula fordista” ao conjunto do modo de produção capitalista e, suas particularidades “territoriais” (culturais, *lato sensu*) de manifestação, específicas de um país com história própria (e diversa) como os EEUU. Assim, em sentido geral, o “fordismo” representaria uma inovação na maneira de organizar a economia capitalista situada num novo momento de seu desenvolvimento, no qual o “velho individualismo econômico” deve ser substituído por uma “economia programática”;²⁹ em sentido particular, traduzir-se-ia num fenômeno geneticamente vinculado às características da composição demográfica e sociológica da nação americana, cujos traços culturais – favoráveis às modificações tecnológicas e gestionárias da produção então em curso – distinguir-se-iam daqueles da *Velha Europa* (como também da Índia e da China), emaranhada num “mosaico societário” extremamente heterogêneo e complexo herdado da feudalidade, razão das resistências “intelectuais” e “morais” ali verificadas contra a introdução do novo modelo de produção industrial.³⁰ Importante é verificar o movimento perma-

²⁹Cf. GRAMSCI, Antonio, “Americanismo e Fordismo”, in *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, 3^a edição, tradução de Luiz Mário Gazzaneo, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978, pp. 375-376.

³⁰Tal reação “européia” ao fordismo é muito bem (e satiricamente) sintetizada por Gramsci na seguinte citação emprestada de Pirandello: “*Em Paris, onde existe uma estrutura histórica e artística, onde os testemunhos de uma civilização autóctone estão presentes, o americanismo destoa como a maquiagem na face velha de uma mundana*”, in A. Gramsci, “Americanismo e Fordismo”, in *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, obra citada, p. 411.

nente que Gramsci opera entre a utilização de um conceito-tipo como “fordismo” – com isso referindo-se estritamente a um padrão de gestão industrial – e suas manifestações *particulares*, heterogêneas, conformadas e adaptadas segundo contextos sócio-políticos (culturais) precisos, *irrepetíveis*. O “fordismo americano” não pode ser tomado como “tipo-ideal” aplicável ao continente europeu, já que, enquanto os EEUU apresentam “*uma composição demográfica racional*” – pelo fato que sua história civilizatória recente impediu a estruturação de uma ordem de classes muito numerosa e de funções muito desiguais no mundo da produção – a

“*‘tradição’ (a ‘civilização’) européia, ao contrário, caracteriza-se pela existência de tais classes, criadas pela ‘riqueza’ e a ‘complexidade’ da história passada, que deixou um punhado de sedimentações passivas através dos fenômenos de saturação e fossilização do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade agrícola, do comércio de rapina e do exército inicialmente profissional... pensionistas da história econômica*”.³¹

A existência de numerosas “classes improdutivas”, verdadeiros *pássaros que dependem da bosta do cavalo para jantar*,³² não apenas condiciona para Gramsci a diferença comparavelmente (aos EEUU) negativa da dinâmica de acumulação de capitais e de racionalidade capitalista no início do século para as nações européias, como a forma extremamente *coercitiva* empregada pelo capital nesses países para poder introduzir o novo *modus vivendis*, com repercussões no processo de legitimação social. A *hegemonia* proveniente da *fábrica*, conformadora de um novo *tipo humano* (de trabalhador), certamente era exercida com maior dinamismo e facilidade de persuasão junto

³¹GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 377.

³²Alusão de Gramsci ao provérbio popular aqui utilizado para se referir à maioria da população habitante das cidades tradicionais da Itália: “*quando um cavalo caga, com pássaros jantam*”. Cf. *op. cit.*, p. 379.

às massas norte-americanas sem “grandes tradições históricas e culturais” – bem como a *força*, na destruição de um sindicalismo débil de base territorial – que perante comunidades que, pela história milenar de fusão de culturas/raças, fases de revoluções políticas e econômicas, heterogeneidade de instituições, práticas e valores sociais, além da forte tradição sindical, apresentavam-se como verdadeiras “camadas de chumbo” à permeabilidade da nova racionalidade programática homogeneizadora do mundo da produção e estilo de vida.

O “fordismo” emerge nos EEUU (e não na Europa) na razão direta das vantagens histórico-culturais encontradas pelo capital em se dinamizar num meio propício à acumulação, estimulado pela ausência de uma maior combatividade das massas populares que, não tendo vivido dimensões “européias” da revolução burguesa, ainda se achavam em “estado primitivo” de consciência política e correspondentes formas organizativas. A “americanização”, antes de ser um *modelo explicativo* do desenvolvimento capitalista, é um *instrumento de ação* do capital, um conjunto de ações ético-normativas voltadas à consolidação de um modelo de organização racional da produção num estado superior, *e como tal é conceitualmente operacionalizado*; a “americanização” não somente *explica*, mas *exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou vontade decidida de criá-la) e um determinado tipo de Estado*.³³

Existe um movimento pendular, dialeticamente tensional, na operacionalização gramsciana das noções/conceitos de “americanismo” e “fordismo”, e apenas a compreensão dessa “bipolaridade” – das múltiplas determinações que informam a operação lógica dessas categorias na análise concreta – pode abarcar as potencialidades heurísticas de seu emprego: as dimensões sincrônica e diacrônica presentes no exercício epistemológico através do qual os conceitos são manipulados e sem o que as várias inferências decorrentes ex-

³³GRAMSCI, A., *op. cit.*, p. 388.

postas pelo autor, não podem ser apreendidas na sua organicidade teórica.

Sincronicamente, o “fordismo” envolve para Gramsci um tipo de *modelo-padrão* de produção capitalista que requer uma “americanização” das condições objetivas para sua efetivação: emergência de uma nova mentalidade, disciplina comportamental, racionalidade institucional, padrão de consumo, enfim, uma transformação do *ethos* cultural que estabeleça uma metamorfose entre o antigo trabalhador mestre de seu ofício ou especialista de tarefa e o tipo *psicofisicamente novo de “homem”*, ajustado à lógica da produção em série da linha de montagem, membro do corpo de um “trabalhador coletivo” melhor adaptado à lógica de uma subordinação real mais efetiva do trabalho ao capital. Não por menos, a análise gramsciana desce ao detalhamento daquilo que considera uma das questões ético-civis mais importantes dessa “passagem”: as *relações entre sexos* (dir-se-ia hoje, entre “gêneros”) e, no âmbito desta problemática, a formação de uma nova *personalidade feminina*, já que “*não é possível desenvolver o novo tipo de homem solicitado pela racionalização da produção e do trabalho, enquanto o instinto sexual não for absolutamente regulamentado, não for também ele racionalizado*”.³⁴ Os novos métodos de produção e do trabalho fordistas, desde sua concepção original, deslocavam os interesses dos “industriais modernos” para os microcosmos da vida privada de seus “objetos produtivos”, dando a entender que o controle do quarto e da cama entra na equação do ciclo de reprodução do capital e da gestão de sua maior ou menor produtividade dentro da fábrica. Por um lado, o “fordismo” exige “*um processo de adaptação psicofísica para determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação (isto é, consumo), de costumes, etc., que não é inato, ‘natural’, mas requer uma assimilação*” (diferentemente dos simples caracteres urbanos em geral, adquiridos por herança ou absorvidos no decorrer da infância e

³⁴Ibid., p. 392.

da adolescência)³⁵ – ou seja, exige uma “americanização”; por outro lado, um novo tipo de racionalidade *estatal*, um Estado (por assim dizer) também “americanista”, tal qual se fazia perceber, por Gramsci, em seu “devir” em gestação no contexto norteamericano. Esse novo-Estado, pelas implicações de alcance no conjunto da vida social, é o “Estado ampliado”, consubstanciado no “alargamento” das esferas de intervenção social do novo regime de concentração industrial monopolista, cujos capitais particulares, por iniciativa direta, atuam como “sociedade civil” (distinta do Estado *stricto sensu* clássico) na organização das esferas societárias e sua dinâmica.

Nesse sentido, a conceituação de “americanismo” e “fordismo” remete à noção de *modo de regulação*, semelhantemente ao conteúdo que lhe emprestam os teóricos da Escola Regulacionista. A planificação organicamente orquestrada entre um tipo de organização tecnológica e de gestão administrativo-técnica da produção (potencializando os princípios tayloristas), formas de institucionalização de mecanismos “ampliados” de poder (“sociedade civil”) e novos códigos morais, representa a imposição de um modo de controle totalitário da vida social, *modo de coesão*, onde as esferas pública e privada, a racionalização do trabalho e o proibicionismo puritano, a técnica produtiva e a moral social, o esforço físico na fábrica e a vida íntima do lar, as normas industriais e o catecismo religioso, são aspectos indubitavelmente ligados de uma mesma totalidade: um “modo de regulação” capitalista; modo esse, porém, portador de um significado histórico particular: o de constituir-se no “*maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem*”.³⁶ Se todas as mudanças do modo de *ser e viver* verificadas em outros momentos da evolução dos vários modos de produção haviam sido implementadas através de coerção bru-

³⁵ Ibid., p. 391.

³⁶ Ibid., p. 396.

tal exercida pelo domínio das classes sociais proprietárias sobre o conjunto da sociedade, o esforço do capitalismo moderno representaria a busca de uma nova “fórmula” de equilíbrio e de ordenamento da vida social, onde o “puritanismo” (ou outras versões de exercício ideológico) cumpre o papel de “adestramento” psíquico do trabalhador (frente ao colapso fisiológico imposto pelo método de produção), inculcando-lhe valores e práticas comportamentais com o objetivo de sua internalização pelo próprio sujeito, até que seu “auto-controle”, pela conformação de uma visão de mundo subordinada à perspectiva burguesa, não necessite da proeminência de mecanismos externos de coerção. O significado mais profundo de “modo de regulação” (conceito agliettiano) em Gramsci repousaria, assim, na noção de *hegemonia*,³⁷ capacidade de combinar aos métodos tradicionais de coação aqueles da *persuasão* (“altos salários”, benefícios sociais indiretos etc.), insubstituíveis para conformar costumes e hábitos individuais dos trabalhadores aos novos padrões de racionalidade produtiva intensiva.³⁸

³⁷É interessante verificar, como já foi referido, que, embora Boyer e Mistral não utilizem o conceito de “hegemonia”, o que têm em vista quando apontam a necessidade de “novos compromissos institucionais” (pactos entre forças sociais) como sendo a “pedra angular de uma nova regulação de conjunto”, é exatamente uma solução (*issue*) para a crise contemporânea de *hegemonia* da classe burguesa o que visam!

³⁸Exatamente aqui reside o interesse maior do estudo do *fordismo* por Gramsci, notado com a devida acuidade por Angela Tude, para quem “Gramsci dedicou boa parte de suas análises sobre a vida americana representada pelo fordismo, com a finalidade de criticar os métodos de coerção externa ao trabalho, e aos novos modos de vida adotados pela direção soviética, como um meio de convencê-la da necessidade de suprimi-los”. Cf. TUDE, Angela, *Sobre o Americanismo e Fordismo de Antonio Gramsci, Textos Didáticos*, nº 5, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1992, p. 14.

O fato é que o sentido *sincrônico* da análise gramsciana em nenhum momento aparece dissociado da *dimensão diacrônica*, da dimensão mais *historicista*, atenta às situações concretas e temporais das múltiplas efetivações que vão desenhando a especificidade do modo de produção capitalista. Dessa feita, o conceito em Gramsci não permite enquadramentos mecânicos do real e justaposições teóricas transformando o “fordismo” num “tipo-ideal”, senão formas combinadas de incorporação (ou não) de seus “estatutos” (padrões de gestão que se “universalizam” relativamente) mediados pelo contexto cultural de cada espaço social. Em outras palavras, o conceito de “fordismo” não pode operar como referencial *a-histórico* de modelo analítico do capitalismo *em geral* concebido como “sistema” (mesmo que *instável*), exigindo adaptações segundo cada caso. Aspectos substanciais dessa postura heurística já foram explicitados anteriormente e podem ser localizados principalmente no peso dado por Gramsci aos fatores *culturais* (como tradição, estrutura de classes, etnicidade etc.) enquanto elementos intervenientes e condicionantes das formas pelas quais o capitalismo se expande e subordina o trabalho. Acrescente-se ainda outros níveis de abordagem que resgatam à teoria outras dimensões da heterogeneidade do real, quando apreendido a partir de suas instâncias mais “moleculares”, uma vez que jamais existiu

*“uma lei de equiparação perfeita dos sistemas e dos métodos de produção e trabalho para todas as empresas de um determinado ramo da indústria, (sendo) cada empresa, numa medida mais ou menos ampla, ‘única’, o que determina a formação de uma corporação com qualidades próprias ao trabalho numa determinada empresa”.*³⁹

O “fordismo”, enquanto “via americana” de organização da produção e da vida social, se do ponto de vista macrossociológico pode ser tomado como “modo de regulação”, que porém se en-

³⁹GRAMSCI, Antonio, *op. cit.*, p. 407.

carna culturalmente de *formas diversas*, numa perspectiva “micro” se transforma em *método* (técnica) de gestão do processo de trabalho industrial, mais ou menos presente (ou ausente) em cada unidade fabril ou ramo industrial. Em tese, poderá haver sociedades nacionais organizadas hegemonicamente por padrões *fordistas* de “regulação” sem que todos os ramos industriais adotem métodos fordizados de gestão do processo de trabalho e/ou, vice-versa, unidades produtivas altamente fordizadas sem que a dinâmica social global esteja circunscrita a um “modo de regulação” fordista.

O “fordismo”, enquanto “padrão produtivo” capitalista *generalizado*, requer, para sua implementação, uma “americanização” das condições sócio-culturais, adaptações essas que, se por um lado adequam (dentro das possibilidades) uma realidade local às exigências de um determinado tipo de regime de acumulação, em contrapartida conformam o “modelo” às especificidades do local; em conseqüência, como não ocorre *historicamente* a homogeneização de um “modelo puro” pré-concebido do que se poderia qualificar de “fordismo” (e o processamento das mudanças é lento, contraditório e multiforme), a utilização epistemológica do conceito deve ser relativizada e controlada, não permitindo aplicações genéricas mecanicistas ou idealistas. E aqui reside o problema-chave de uma aplicação heurística *tipologizante* deste conceito quando transportada ao interior de contextos onde, regionalmente, não é possível identificar nem uma homogeneidade de métodos de produção fordistas em todos os ramos e setores da economia, nem muito menos a existência de um “fordismo” enquanto “modo de regulação” da vida social; em outras palavras, situações onde as tentativas de “americanização” foram incompletas ou caricatas, seja pela imposição da divisão internacional do trabalho, seja pela ausência de projetos nacionais/locais hegemônicos, interesses geopolíticos ou mesmo condições sócio-culturais autóctones favoráveis. Numa perspectiva mundializada, a chamada “crise” do *modelo fordista* no Primeiro Mundo coincide, *historicamente*, com o esforço do capital multinacional em incorporar novos espaços à

esfera de abrangência do ciclo *produtivo* capitalista, aproveitando “vantagens” oferecidas por países ou regiões do Terceiro Mundo (e mesmo, recentemente, do Segundo, hoje tornado “Terceiro”), como mão-de-obra barata, ausência de organização sindical, incentivos fiscais etc. A “descentralização” das unidades produtivas para tais zonas envolvem a exportação (em muitos casos) de padrões industriais fordistas, sem porém a correspondente transformação das condições *locais* de mercado e de nível de vida das populações. Os “enclaves fordistas”, voltados à produção de bens para *exportação* (mercados consumidores dinâmicos situados no Primeiro Mundo), provocaram não apenas uma urbanização estereotipada na maioria das áreas circunscritas ao seu raio de ação, como desestruturaram modos de vida (produção e consumo) tradicionais sem oferecer alternativas substitutivas. A massa populacional vive, em consequência, uma dupla expulsão: de suas pequenas propriedades e/ou padrões produtivos familiares/comunitários (ou do novo mercado de trabalho restritivo que é criado) e da esfera do novo tipo de padrão de consumo introduzido pela urbanização precária.

Mais do que um “regime de acumulação” agliettiano, o *fordismo*, em Gramsci, adquire a conotação de um *modo de dominação* fundado em mecanismos de persuasão exercidos pelo capital sobre a classe operária,

*“uma poderosa arma política nas mãos da burguesia industrial, operando uma série de ajustamentos entre ‘estruturas’ e ‘superestruturas’, através da introjeção de novos requisitos técnicos e culturais (morais e materiais) no seio do salariado industrial”.*⁴⁰

E somente tendo-se como “pano-de-fundo” o texto *Americanismo e Fordismo* do intelectual italiano é que se pode compreender, em toda a sua potencialidade, a crítica atual de Simon Clarke a Michel Aglietta, para quem as formas institucionais de mediação das relações

⁴⁰TUDE, Angela, *op. cit.*, p. 17.

sociais da produção capitalista não representam tanto “modos de regulação” de um “regime de acumulação”, mas *formas de luta de classe*.⁴¹

Entendendo que a tendência da acumulação capitalista em tomar a forma de sobreacumulação e crise é inerente a este modo de produção, Clarke irá desmontar o raciocínio agliettiano demonstrando que tal sobreacumulação frequentemente aparece sob a forma de uma intensificação da luta competitiva entre capitalistas e da luta industrial entre esses e a classe trabalhadora, razão pela qual as superações momentâneas de períodos de acirramento de interesses estão sempre condicionadas pelas historicamente desenvolvidas formas institucionais de regras de competição, de crédito e de relações industriais, acompanhadas da presença e atuação do Estado, o qual não resolve (e não pode resolver) as contradições do capital, mas assegura a sua reprodução sob uma determinada *forma política* (“modo de regulação” *latu sensu*):

*“... a emergência da crise de sobreacumulação não se dirige simplesmente para o deslocamento da integração estrutural do regime de acumulação, como fundamentalmente para uma intensificação das lutas competitivas e de classe que se desenvolvem em e contra as formas institucionais existentes de dominação de classe capitalista, lutas que necessariamente assumem uma forma política e, portanto, impõem-se sobre o estado”.*⁴²

Este raciocínio aproxima Clarke de Gramsci na medida em que, ao operar com os conceitos de *infra* e *superestrutura* sem separá-los lógica e historicamente, trabalha com uma perspectiva teórico-metodológica que permite uma leitura dialética da realidade (tomada na sua totalidade e unidade contraditórias) e, em

⁴¹Cf. CLARKE, Simon, “Overaccumulation, class struggle and the regulation approach”, in *Capital & Class Review*, n° 36, Winter, 1988, p. 84.

⁴²Ibid. idem.

consequência, “enxergar” que uma crise *econômica* pode representar (transformando-se em) uma crise *política*. Rompendo com o que considera um economicismo na teoria agliettiana, Clarke reforça sua visão “politizante” da questão ao contrapor-se, definitivamente, à noção de que formas institucionais de controle e gestão traduziriam imperativos funcionais requeridos por um “regime de acumulação”; “modo de regulação”, no sentido mais exato, só poderia corresponder ao desenvolvimento de estratégias de conteúdo político associadas às lutas políticas e sociais decorrentes das tendências contraditórias de acumulação do capital:

*“Enquanto o keynesianismo foi a expressão ideológica da tentativa do capital e do estado em responder às aspirações generalizadas da classe trabalhadora no boom do pós-guerra, o neo-liberalismo é a expressão ideológica de subordinação das aspirações da classe operária à valorização do capital.”*⁴³

Da mesma forma, o *economicismo* é, para o autor, a ideologia responsável pela visão utópica do “pós-fordismo” da possibilidade de “resoluções” para as contradições da produção capitalista, deduzindo-se daí que a *crise do fordismo* (de aparência de esgotamento de um padrão tecnológico de acumulação) não passa de crise da social-democracia e de sua capacidade de dirigir o conjunto da sociedade (crise de hegemonia).⁴⁴ Além do mais, a crítica de Clarke é uma crítica do modelo de análise desenvolvido por Aglietta, isto é, de seus pressupostos não apenas teóricos, mas *metodológicos*.

Reconhecendo, antes de mais nada, aos “regulacionistas” a correta (ainda que não tanto original) percepção de que sob as relações quantitativas entre coisas escondem-se, sob formas fetichizadas, relações entre pessoas (onde o mercado desempenha a função de mecanismo social de “regulação”), critica-lhes, contudo, o fato de não

⁴³Ibid., p. 86.

⁴⁴Cf. CLARKE, Simon, “New utopias for old: fordist dreams and post-fordist fantasies”, in *Capital & Class Review*, n.º 42, Winter, 1990.

terem levado esta lógica de raciocínio às últimas conseqüências, cujo “preço”, contrariamente ao objetivo pretendido pelos seus arautos, teria sido o de ver reduzido um viés teórico pretensamente marxista e de potencial analítico inovador, a um modelo de características estrutural-funcionalistas, tradicionalmente utilizado pela teoria neo-clássica como base para a tese da periodização das “ondas longas” da acumulação capitalista.⁴⁵ Neste sentido, pode-se dizer que a crítica clarkeana primariamente assume um caráter *epistemológico*, uma vez que “eles (os regulacionistas) criticam as respostas neo-clássicas, mas ainda fazem a mesma pergunta: como é possível a reprodução capitalista?”.⁴⁶ A incapacidade de Aglietta e seus seguidores de romper com a “lente” de leitura que conforma a própria “miopia do olhar” que visam criticar (a perspectiva neo-clássica) faz com que, para Clarke, a *Teoria da Regulação* seja muito mais “um produto da crise do keynesianismo nos anos 70” que uma resposta alternativa aos desdobramentos da mesma;⁴⁷ e as “saídas” pensadas à crise de acumulação – seja através de métodos de produção “neofordistas” no setor público, “japanização” das relações industriais e/ou formas “flexíveis” de especialização produtiva – simples “panacéias” no contexto confuso e complexo das contradições estruturais do capitalismo neste final de milênio.

Para o crítico inglês, se o “prisma” de abordagem agliettiano está comprometido pelo “vírus” da *weltanschauung* neo-clássica (apesar do esforço e intenção do autor em refutá-la), todo o “edifício teórico” da *Teoria da Regulação*, por seu turno, está construído sobre terreno arenoso e movediço, cujo “alicerce” não é capaz de sustentar o peso da “massa compactada” da obra, de nada valendo seu atrativo “acabamento”. E os desvios decorreriam basicamente da aplicação de um método de conteúdo estruturalista voltado prioritariamente para a ênfase do *status* “ideal-típico” do conceito de “modo de regulação”

⁴⁵Cf. CLARKE, Simon, *Overaccumulation...*, *op. cit.*, pp. 68-69.

⁴⁶*Ibid.*, p. 69.

⁴⁷Cf. *ibid.*, p. 61.

e não para os processos sociais reais da história concreta, multiformes nas suas combinações. Não por menos, o esforço agliettiano de *periodização* da história do capitalismo, construído com base nessa tipologia, apresenta inúmeros problemas de ordem histórica, alguns dos quais imediatamente apontados por Clarke:

*"A idéia que a acumulação antes da Primeira Guerra Mundial estava baseada sobre a produção de mais-valia absoluta se apresenta muito estranha a qualquer um minimamente familiarizado com os rudimentos da história econômica do capitalismo. Embora a transformação dos métodos de produção no Departamento I estivesse muito limitada antes do final do século XIX, isto certamente não era o caso em ramos dominantes da produção, tais como a agricultura, têxteis, metalúrgico, de bebidas, alimentício e meios de transporte, os quais representavam precisamente aqueles setores direta ou indiretamente responsáveis pelos produtos consumidos pela classe trabalhadora."*⁴⁸

ou ainda

*"Não existe evidência que a crise de 1929 tenha sido uma crise do regime de acumulação extensiva, delimitando a transição para um novo regime de acumulação intensiva, visto que os elementos do regime intensivo já se faziam presentes antes mesmo de 1929. A produção de mais-valia relativa, o crescimento do consumo de massa e o crédito monetário remontam todos ao século XVIII. Até as formas institucionais específicas do 'Fordismo' (monopolização, o crescimento da produção em massa, relações industriais e reforma social) já se pronunciavam e apresentavam suas primeiras manifestações por volta do ano de 1870."*⁴⁹

⁴⁸Ibid., p. 70.

⁴⁹Ibid., p. 74.

É como se a *Teoria da Regulação* fosse uma tese contemporânea do “fordismo” sem “americanismo”,⁵⁰ uma construção teórica idealisticamente concebida, abstraída e descolada das particularidades históricas de cada contexto, da dimensão *diacrônica* que estabelece as diferenciações e combinações determinadas pelos condicionamentos culturais (*lato sensu*) de cada realidade – precisamente aquele “elemento” que enriquece a visão gramsciana, tornando sua abordagem (pelo potencial metodológico presente) sempre atual. Como bem coloca Clarke, em Gramsci, o “fordismo” (enquanto “coração do Modernismo”) é um “universal” captado de um “particular”: o “americanismo”⁵¹ – as condições americanas concretas, culturais, responsáveis pelo aprimoramento e potenciação de um tipo de organização e gestão da produção industrial e de controle da classe trabalhadora que, pelas circunstâncias da estrutura social e cultural européia, ali, no primeiro quartel do século, não encontrara terreno propício (como na América) para seu pleno desenvolvimento. Dito de outra forma, caberia aqui a mesma crítica filosófico-epistemológica que Marx faz aos postulados idealistas de inspiração hegeliana e dirigida a Szeliga:

“Quando, ao operar sobre realidades – maçãs, peras, morangos, amêndoas – formo em mim a idéia geral de ‘fruto’; quando, indo mais longe, imagino que a minha idéia abstrata, o ‘fruto’, deduzida dos frutos reais, é um ser que existe fora de mim e, mais ainda, constitui a essência verdadeira da pera, da maçã, etc., declaro – em linguagem especulativa – que o ‘fruto’ é a ‘substância’ da pera, da maçã, da amêndoa, etc. Afirmo portanto que o que há de essencial na pera ou na maçã não é o seu ser pera ou maçã. O essencial nestas coisas não é o seu valor real, perceptível aos sentidos, mas a essência da minha representação: o ‘fruto’. Declaro

⁵⁰ Ainda que isso represente um paradoxo, por tratar a tese de Michel Aglietta da “experiência dos Estados Unidos”!

⁵¹ Cf. CLARKE, Simon, “New Utopias for Old ...”, *op. cit.*, p. 142.

então que a maçã, a pera, a amêndoa, etc. são simples formas de existência, modos 'do fruto'. É certo que, depois de concluído o meu processo de entendimento, baseado nos sentidos, distingo uma maçã de uma pera e uma pera de uma amêndoa; mas a minha razão especulativa declara que esta diferença sensível é não-essencial e sem interesse. Ela vê a mesma coisa na maçã e na pera, assim como na pêra e na amêndoa, isto é, 'o fruto'. Os frutos particulares reais não são mais do que frutos aparentes cuja verdadeira essência é 'a substância', 'o fruto'."⁵²

O "fordismo" não funciona em Gramsci como "tipo-ideal" auto-aplicável, como modelo homogeneizador do *real* ou noção meramente heurística, razão pela qual reconhecia as dificuldades de sua implementação na Itália *fascista* ante à ausência de um regime econômico competitivo e de um tipo liberal de Estado,⁵³ em outras palavras, ante à ausência de "americanização".

A *história* não pode ser deduzida de um "modelo puro" conceitual, muito menos servir de mera ilustração para ratificar a teoria – nem Max Weber trabalhava seus "tipos-ideais" com este sentido, simples recursos metodológicos que eram para selecionar elementos significativos do real que permitissem uma compreensão lógica da *historicidade* dos fenômenos. A *periodização da história do capitalismo* e a noção de *crise do modelo fordista* de acumulação, inerentes à *Teoria da Regulação*, padecem de *evidências históricas* mais rigorosas em decorrência da própria limitação do método de análise. Nesse sentido, a conotação *funcional-sistêmica* do modelo estruturalista agliettiano não passaria, portanto, de uma *dialética capenga*, desprovida do sentido de *historicidade*, dimensão esta que possibilitava Gramsci perceber que, enquanto nos EEUU o "fordismo"

⁵²MARX, Karl e Friedrich ENGELS, *A sagrada família*, 2ª edição, tradução de Fiana Hasse Pais Brandão, João Paulo Casquilho e José Bittencourt, Editorial Presença, Lisboa, s/d, pp. 85-86.

⁵³Vd. CLARKE, Simon, "New utopias for old ...", citado, p. 143.

desempenhava uma função social, econômica e política *progressista*, na Itália de Mussolini resultava num *parasitismo*, onde a maquinaria vinha utilizada para conservar mais e mais o *status quo* ("revolução passiva").⁵⁴

Se a contribuição de Aglietta coloca no devido lugar a dimensão política da economia, resgatando o papel da luta de classes, parece falhar no "recorte histórico" necessário ao uso heurístico mais fecundo de um conceito do porte do de "modo de regulação". O resultado arrisca-se ao que Clarke devidamente já satirizou:

"SONHOS FORDISTAS E FANTASIAS PÓS-FORDISTAS"... !

BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, Michel, *Regulación y Crisis del Capitalismo*, Siglo Veintiuno Editores, Madrid, 1979.
- AGLIETTA, Michel & BRENDER, Anton, *Les Métamorphoses de la Société Salariale*, Calman-Levy, Paris, 1974.
- BOYER, R. & MISTRAL, J., *La Crise Actuelle: d'une analyse historique à une vue prospective*, Cepremap, Paris, 1983.
- BRAUDEL, Fernand, *A Dinâmica do Capitalismo*, 3ª edição, tradução de Carlos da Veiga Ferreira, Ed. Teorema, Lisboa, 1989.
- CLARKE, Simon, "New Utopias for Old: Fordist Dreams and Post-Fordist Fantasies", in *Capital & Class Review*, nº 42, Winter, 1990.
- , "Overaccumulation, Class Struggle and the Regulation Approach", in *Capital & Class Review*, nº 36, Winter, 1988.
- CORIAT, B. & BOYER, R., "Inovações, Ciclos e Crises: o retorno a Schumpeter", in *Novos Estudos CEBRAP*, nº 12, São Paulo, 1985.

⁵⁴Ibid. idem.

- DAY, Richard B., "The Theory of the Long Cycle: Kondratiev, Trotsky, Mandel", in *New Left Review*, n° 99, University of Chicago Press, London, 1981.
- GRAMSCI, Antonio, "Americanismo e Fordismo", in *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, tradução de Luiz Mário Gazzanico, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- MANDEL, Ernest, "Explaining long waves of capitalist development", in *Futures Review*, London, 1981.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, *A Sagrada Família*, 2ª edição, tradução de Fiamma Hasse Pais Brandão, João Paulo Casquilho e José Bettencourt, Editorial Presença, Lisboa, s/d.
- MARX, Karl, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*, vols. 1 e 2, 14ª edición, Siglo Veintiuno Editores, México, 1986.
- MICHALET, Charles-Albert, *O capitalismo mundial*, tradução de Salvador Machado Cordano, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.
- PIGNON, D. & QUERZOLA, J., "Ditadura e democracia na produção", in GORZ, André, *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*, tradução de Alberto Saraiva, Emanuel Cirne e Patrícia Boanova, Editora Escorpião, Porto, 1976.
- TUDE, Angela, *Sobre o americanismo e fordismo de Antonio Gramsci*, *Textos Didáticos* n° 5, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1992.